

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS NACIONAIS

Natália de Lima Saraiva¹
Tânia Maria de Moura Pereira²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir como se configura as ações de acesso à informação em acervos de instituições arquivísticas nacionais, nas quais o impacto das ações de difusão podem ou não gerar a opacidade do patrimônio documental. Considerando que o patrimônio documental sem difusão é esquecimento, o trabalho foi pautado na identificação de padrões de sistematização, transparência e difusão da informação buscando sites de divulgação dos acervos institucionais. Por meio de estudo exploratório, em sítios de internet do Arquivos Nacionais de seis países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai. Assim, foi possível relatar que os critérios relacionados definidos por Carol Couture (2005) aos meios de difusão, os quais propiciam ao cidadão acesso direto a um leque de serviços, e à informação. Conclui-se com a pesquisa a relevância da difusão no direito de acesso à informação, particularmente, no que se refere aos direitos de cidadania, direito à cultura, à memória e as garantias individuais e, também no relacionamento dos cidadãos com o Estado.

Palavras-chave: Acesso à informação. Difusão. Patrimônio.

DOCUMENTARY HERITAGE AND DISSEMINATION OF INFORMATION IN NATIONAL ARCHIVES

ABSTRACT: This article aims to discuss how the actions of access to information in collections of national archival institutions are configured, in which the impact of diffusion actions may or may not generate the opacity of documentary heritage. Considering that documentary heritage without dissemination is forgetfulness, the work was based on the identification of patterns of systematization, transparency and diffusion of the information, searching sites for the dissemination of institutional collections. Through an exploratory study, on National Archives websites of six Latin American countries: Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Mexico and Uruguay. Thus, it was possible to report that the related criteria defined by Carol Couture (2005) to the means of diffusion, which provide citizens with direct access to a range of services, and information. It concludes with the research the relevance of diffusion in the right of access to information, particularly with regard to citizenship rights,

¹ Arquivista, Especialista em Gestão de Documentos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre e Doutoranda em Ciência da Informação pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: natalialimasaraiva@gmail.com.

² Arquivista, Especialista em Gestão de Documentos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre e Doutoranda em Ciência da Informação pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: taniamourafe@gmail.com.

the right to culture, the memory and the individual guarantees, and also in the relationship of citizens with the State.

Palavras-chave: Access to information. Diffusion. Patrimony.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação como direito fundamental é reconhecido no Brasil e no âmbito internacional. Isso, na prática, compreende o direito de acesso à informação contida em documentos produzidos, acumulados ou custodiados por órgãos públicos, pessoa física ou entidade privada que tenham vínculos com o poder público. Porém, para que esse direito seja de fato concretizado, temos outras variáveis envolvidas, como a necessidade de orientações sobre como e onde obter o acesso.

No contexto brasileiro deve-se considerar a Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991 – a Lei dos arquivos, a qual determina que “é dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (Art. 1º). O que indica claramente que é função precípua do poder público a utilização dos documentos de arquivo como instrumentos de cidadania.

Independentemente de servirem às necessidades administrativas, os arquivos formam aquilo que Bellotto (2005) denomina “consciência histórica da administração”, pois, por atuarem como locais de guarda e preservação do patrimônio documental, as instituições de arquivo funcionam em torno das potencialidades que seus acervos oferecem. Dessa maneira, ao se utilizarem das estratégias de marketing, traçam caminhos e estratégias de divulgação que tenham alcance popular. O que envolve planejamento e definição de critérios que contemplem as necessidades informacionais de seus usuários, sejam eles os cidadãos comuns ou os pesquisadores.

Além disso, o direito ao acesso à informação está atrelado aos direitos de cidadania no que se refere ao direito à cultura, à memória e as garantias individuais e, também, no relacionamento dos cidadãos com o Estado. Neste aspecto, este artigo parte do questionamento acerca dos padrões de sistematização envolvidos na difusão do patrimônio documental em arquivos nacionais. O propósito é discutir como ocorrem as ações de difusão do patrimônio documental visando identificar as estratégias de difusão das informações,

apartir de um levantamento exploratório dos sítios de internet dos Arquivos Nacionais de seis países da América Latina, escolhidos pelas autoras, sendo eles: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai.

Esse conjunto de instituições representam uma amostragem classificada por Malhotra (2001) como “não probabilística”, ou seja, aquela que se baseia no julgamento pessoal do pesquisador que pode, arbitrária ou conscientemente, decidir quais serão os elementos a serem incluídos na amostra. Ainda para esse autor, a pesquisa exploratória tem por objetivo:

ajudar a compreender o problema enfrentado pelo pesquisador. Essa pesquisa é usada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão. Identificar cursos relevantes de ação ou obter dados adicionais antes de poder desenvolver uma abordagem. As informações necessárias são definidas de forma muito ampla neste estágio, e o processo de pesquisa adotado é flexível e não-estruturado. A amostra, selecionada para gerar o máximo de discernimento, é pequena e não-representativa. Os dados primários são de natureza qualitativa, sendo analisados como tal (MALHOTRA, 2011, p. 39).

Ressaltamos que os arquivos nacionais são instituições criadas com finalidades específicas e reúnem documentos representativos das ações governamentais. Neles se encontram importantes fontes de direitos relacionados às questões sociais, econômicas e políticas, próprias de seus contextos de origem. Por isso, foram escolhidos para este estudo. Entre as razões que justificam a criação desse tipo de instituição, Schellenberg (2005, p. 33) indica a relevância dos documentos para as nações, os quais “são a principal fonte de informação de todas as suas atividades. Constituem os instrumentos administrativos básicos por meio dos quais é executado o trabalho governamental [...] em suma, constituem os alicerces sobre os quais se ergue a estrutura de uma nação.

Assim, buscou-se identificar, nos sítios de internet dessas instituições, elementos comuns de divulgação do patrimônio documental fundamentados nos estudos de Herrera (1987), Bellotto (2005), Blaya Perez (2005) e Couture (2005). Sendo que, este último autor, indica alguns tópicos comuns utilizados para a difusão em sites que ampliam as possibilidades de acesso à informação. Na sequência foi elaborada uma tabela que condensa as instituições e os tópicos que elas utilizam para difundir seus acervos.

Os resultados apontam para a crescente utilização dos recursos das tecnologias de informação, que tem avanços notáveis nesta área, e sua incorporação no setor público, o que

propicia ao cidadão opções de acesso direto a um amplo leque de serviços, cada vez mais virtuais, que podem ser notados, como é o caso do uso de ferramentas como websites.

2 ACESSO À INFORMAÇÃO E MARKETING DA INFORMAÇÃO

O direito ao acesso à informação está atrelado aos direitos de cidadania no que se refere à memória, as garantias individuais, e ao direito à cultura. O relacionamento dos cidadãos com o Estado é uma forma de efetivação desse direito fundamental, que consolida a democracia, à medida que fortalece a capacidade de participação dos indivíduos na tomada das decisões que os afeta. O acesso à informação como direito universal é reconhecido por importantes organismos internacionais e a tendência é que se amplie o número de países que regulamentam este direito.

Para a Arquivologia o estabelecimento de políticas de acesso aos documentos de arquivo e de difusão deve ser precedido por uma política de gestão de documentos, pois entende-se que entre o cumprimento dos preceitos do acesso à informação e do acesso aos arquivos organizados há uma relação direta. E no que se refere às ações de difusão nas instituições de arquivo, essas são importantes e visam levar aos usuários conhecidos ou potenciais a oportunidade de conhecer o acervo, além de valorizar, transmitir e também tornar acessíveis as informações contidas nos documentos.

Nos arquivos públicos a difusão pode ser realizada tanto por meio de instrumentos de pesquisa e outras publicações, quanto por meio da promoção de eventos como exposições, palestras e visitas guiadas. Segundo Blaya Perez (2005) “o processo de difusão vem a ser a divulgação, o ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo [...] assim como os serviços que este coloca à disposição dos seus usuários”. O que confere sentido social aos arquivos e consolida sua função de responsável pela facilitação do direito de acesso às informações.

Para difundir os acervos e, conseqüentemente, atingir seus objetivos, os arquivos públicos devem elaborar estratégias e definir ações de marketing. Tais ações incluem a promoção de eventos, a identificação dos seus usuários, a incorporação de melhorias tecnológicas, entre outras ações de gestão, de modo a promover o patrimônio documental e, assim, atender a sociedade em suas necessidades informacionais. Nesta perspectiva, Amaral (2007, p. 21) apresenta o conceito de marketing como uma “filosofia administrativa ou gerencial para integrar os métodos/técnicas/instrumentos na ótica do mercado em ação, ou

seja, do mercado em movimento. Tal movimento implica atualização e visão do negócio, admitindo as mudanças que ocorrem no dia-a-dia”. A autora indica a adoção dessa filosofia em unidades de informação, entre as quais se inserem os arquivos. A essa abordagem ela denomina marketing da informação, que seria:

a aplicação da filosofia de marketing para alcançar a satisfação da organização ou do sistema, facilitando a realização de trocas entre a organização ou o sistema e o seu mercado, que se concretizam por meio da análise, do planejamento e da implementação de atividades para criar produtos/serviços informacionais, distribuir os seus preços e as formas de divulgação no negócio da informação, seja no âmbito da informação tecnológica, científica, comunitária, utilitária, arquivística, organizacional ou da informação para negócios (AMARAL, 2007, p 21).

O planejamento das estratégias de marketing não dispensa o entendimento acerca dos usuários dos arquivos. O que indica diversificação das estratégias de marketing da informação baseadas na identificação das particularidades dos usuários, que podem ser exploradas se considerarmos as diferentes formas de segmentar os usuários. Através de pesquisas e estudos, é possível estabelecer os perfis dos segmentos resultantes e estipular a forma de melhor satisfação de suas necessidades.

Após essa identificação dos perfis, é necessário implementar atividades envolvendo a avaliação da atratividade para cada segmento, como por exemplo, destacar os conjuntos documentais mais consultados por cada perfil de grupo. Identificadas essas características ampliam-se as possibilidades de interação, o que impacta no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa mais adequados e específicos, o que resulta em maior visibilidade para o produto (o acervo) e desperta mais interesse nos clientes (os usuários).

Na perspectiva interna dos arquivos interessa também a convergência das estratégias de marketing com os recursos da tecnologia da informação e comunicação para ampliar as possibilidades de difusão e acesso às informações. Tendo em vista que nas instituições públicas a concepção de marketing da informação ainda não alcançou níveis ideais, embora reconhecido e recomendado, ainda resultam em aplicações limitadas e pouco consolidadas. Talvez decorrentes das dificuldades estruturais das próprias instituições ou mesmo da pouca discussão teórica sobre o tema.

Como a difusão não se limita ao simples acesso aos documentos, necessita-se também o planejamento de ações de conhecer, de transmitir, de valorizar, e (ou) de tornar acessíveis as informações contidas no acervo aos cidadãos: usuários conhecidos ou potenciais. E por isso,

as instituições públicas precisam investir na discussão sobre marketing da informação para avançar nas ações de difusão e efetivar o acesso à informação, permitindo assim que o patrimônio documental saia da opacidade.

3 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

O termo patrimônio tem origem no latim, da junção dos termos pater e monium, no qual “patrimonium” significa tudo aquilo que pertence ao pai, pater ou pater familias, pais de família — incluindo a mulher, os filhos e os escravos, os animais e os bens móveis e imóveis - e que é passado de geração a geração, incluindo também as tradições e os costumes (CASTRO, 2008). A ideia de patrimônio começa nas sociedades modernas na França após a Revolução Francesa. Além da questão que insere a documentação como patrimônio de uma nação, a política francesa vai além, pois insere no rol de discussões sobre patrimônio documental, o documento fotográfico na sua mais pura essência, e passa a considerá-lo como patrimônio de uma nação se este representar algum valor histórico e cultural (DA SILVA; MADIO, 2012, p. 180).

Righini de Souza e Crippa (2011, p. 238) apresentam a noção de delimitação da Ciência da Informação em torno do aspecto material do patrimônio documental, posto seu objeto de estudo ser a informação registrada. Embora compreendam que a divisão conceitual entre patrimônio material e imaterial seja uma construção discursiva, argumentam acerca da necessidade de, tanto a própria CI, quanto outras disciplinas desenvolverem uma ideia própria de patrimônio e, talvez, reverem seus discursos e práticas documentárias. Eles adotam a concepção de Aikawa (2004, p. 146) que compreende o patrimônio como um processo. O que significa reconhecer o patrimônio como fonte de transmissão de conhecimento, de identidade, e diversidade; inserindo a participação de seus criadores/participantes na sua salvaguarda e o considerando, a partir do ambiente e sociedade que o realiza, como condição para a elaboração e adoção de políticas públicas.

O Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi criado em 1992 com o objetivo de: a) disponibilizar técnicas adequadas para promover a preservação do patrimônio documental; b) promover meios de facilitar o acesso ao patrimônio documental e; c) possibilitar a conscientização da importância do patrimônio documental (PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO apud

RODRIGUES, 2016). Para alcançar esses objetivos o Programa vem operando em conjunto com outras ações complementares, inclusive ações relacionadas às políticas de gestão do patrimônio, utilizando-se dos cinco critérios a seguir:

1. tempo: a idade, em termos absolutos, não converte um documento em importante, mas cada documento é um produto de seu tempo. Alguns documentos evocam especialmente sua época, que pode ter sido de crise, ou de mudança social ou cultural significativa. Um documento pode representar um novo descobrimento ou ser o “primeiro de seu tipo”. 2. lugar: o lugar de criação é um atributo chave de importância. Pode conter informação fundamental sobre uma localidade importante na história e na cultura mundial, ou a própria localização pode ter exercido uma influência decisiva nos acontecimentos ou fenômenos representados pelo documento. Pode descrever entornos físicos, cidades ou instituições desaparecidas desde então. 3. pessoas: o contexto social e cultural de sua criação pode refletir aspectos significativos do comportamento humano, ou circunstâncias sociais, industriais, artísticas ou políticas. Pode captar a essência de grandes movimentos, transições, avanços ou regressões. Pode mostrar o impacto de indivíduos ou grupos chave. 4. assunto e tema: o assunto pode referir-se a fatos históricos específicos ou desenvolvimentos intelectuais relacionados com as ciências naturais, sociais e humanas, a política, a ideologia, o esporte e a arte. 5. forma e estilo: o elemento pode possuir um notável valor estético, estilístico ou linguístico, ser um exemplar típico ou chave de um tipo de apresentação, costume ou meio, ou de um suporte ou formato desaparecido ou em vias de desaparecimento (PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO apud RODRIGUES, 2016, p. 112).

Para Dodebei (2008, p. 5) a ideia de patrimônio pode ser desatrelada do sentido de acumulação, o que para o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, “a noção de patrimônio é milenar, e está presente nas sociedades tribais, no mundo clássico e na Idade Média” (GONÇALVES, 2003, p. 21-29) apesar da sistematização dos estudos sobre o tema ter se constituído no final do século XVIII com a formação dos Estados nacionais. A existência de muitas sociedades que absorvem o conceito de patrimônio como herança de saberes, mas que não veem na acumulação um sentido de evocação de memória é um reflexo dessa sistematização.

Na visão da herança dos saberes ocorre a Convenção realizada em Paris, em 2003, sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, na qual passam a discutir:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a

natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 2-3).

Por não se caracterizar como um conjunto de regras, essa Convenção permitiu sua aplicação de forma abrangente. Pois, considera e estimula a salvaguarda do patrimônio de forma integrada com outras ações estatais. Nesse sentido, a Unesco e alguns países tiveram suas ações mais direcionadas para a necessidade de preservação do patrimônio documental.

Muito esforço tem sido empenhado para ampliar a noção de patrimônio cultural na nossa sociedade, mas que ainda são incipientes devido ao pouco tempo de alguns instrumentos normativos e pela dificuldade em superar o sentido dominante de patrimônio como uma coisa, muito utilizado no senso comum. Assim, as instituições que não se utilizam das ações de difusão acabam por acarretar na opacidade do patrimônio documental, ou seja, o patrimônio entra no esquecimento social.

4 MEIOS DE DIFUSÃO NOS ARQUIVOS

A difusão nos arquivos públicos começou a ser assumida como função a partir do início do século XIX, assim, essa atividade passou a ser realizada por meio da reprodução dos documentos, de atividades culturais, da edição de publicações e ainda de interações com a comunidade. Conforme Bellotto (2005) as atividades ligadas à difusão de um arquivo incluem elementos capazes de:

desenhar os contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-se a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa [...] Cabem aos serviços de difusão cultural duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo (BELLOTTO, 2005, p. 228).

De modo complementar, Carol Couture (2005, p. 386), alerta para a necessária conscientização, por parte dos tomadores de decisão, acerca da visibilidade dos arquivos, por isso, a difusão deve ser feita por meio do uso dos próprios documentos do acervo. Para o autor francês a “divulgação dá aos centros de arquivos uma reputação pela qual eles podem justificar os recursos atribuídos a eles, reivindicando o desenvolvimento dos arquivos pelos quais (os gestores) são responsáveis e o desenvolvimento dos serviços que oferecem”. Nesta

perspectiva, Couture elenca alguns meios de divulgação mais utilizados: contato direto com os clientes (usuários); pesquisas por e-mail ou telefone; publicações; produtos audiovisuais; produtos derivados (camisetas, cartões postais, canecas, etc.); organização de stands e balcões de informações durante atividades ou em locais públicos; visitas guiadas; e, principalmente, os sites na internet.

Assim, a comunicação também reconhecida como processo de difusão, “[...] vem a ser a divulgação, o ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo de uma instituição assim como os serviços que esta coloca a disposição dos seus usuários.” (BLAYA PEREZ, 2005, p.7). Sendo assim, o arquivo necessita realizar a comunicação de seus documentos, deixar seu patrimônio a disposição e fazê-lo conhecido. E por isso a razão de ser da atividade de arquivo é a comunicação de seus documentos (HEREDIA HERRERA, 1987).

Nesta perspectiva, os sites são cada vez mais importantes para os arquivos, pois desempenham um importante papel na difusão das informações relevantes para os usuários. Além disso, funcionam como meio de interação “comparável a uma publicação, supera a escassez de recursos, aumentam as possibilidades das ferramentas de pesquisa e orienta o pesquisador, facilitando o acesso remoto” (COUTURE, 2005, p. 397). Feitas essas considerações, este artigo se debruça sobre o conteúdo de sites de Arquivos Nacionais de seis países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai em busca de conteúdos especificamente elaborados para a difusão do patrimônio documental nessas instituições.

Portanto, para alcançar esse objetivo, serão examinados os seguintes tópicos: relação de fundos ou coleções abrigadas, (unidades de descrição completas ou específicas), instrumentos de pesquisa (guias, catálogos, inventários, etc.), procedimentos, contatos (telefone, e-mail), publicações, eventos, reprodução de documentos ou consultas ao acervo virtual.

Entre as possibilidades de uso dos recursos informacionais existentes nos acervos está aquela que tem finalidade comercial. Ela se concretiza quando as instituições aproveitam e desenvolvem o que Couture (2005) denomina “produtos derivados do cervo”, como cartões postais, canecas, cartazes calendários, camisetas e outros, com o objetivo de gerar recursos financeiros para a instituição e dar visibilidade para as ações. Essa é uma estratégia de marketing da informação que consegue angariar parcerias e apoio institucional.

O quadro a seguir (Quadro de análise das instituições arquivísticas) apresenta uma análise dos sites de seis instituições arquivísticas contendo a análise em relação aos critérios relacionados aos meios de difusão citados por Couture (2005). Os aspectos selecionados representam uma visão geral sobre as ações mínimas de divulgação e facilitação do acesso aos documentos.

QUADRO 1 - DE ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS

País	Argentina	Brasil	Colômbia	Chile	México	Uruguai
Instituição	Archivo General de La Nación	Arquivo Nacional	Archivo General de La Nación	Archivo Nacional de Chile	Archivo General de La Nación	Archivo General de la Nación
Site	http://www.agn.gob.ar/	http://www.arquivonacional.gov.br/	http://www.archivogeneral.gov.co/	http://www.archivonacional.cl	http://www.gob.mx/agn/	http://www.agn.gub.uy/
Instrumentos de Pesquisa	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Contato Telefônico	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Contato via e-mail	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Publicações	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Eventos	sim	sim	sim	sim	não	sim
Consulta ao Acervo Virtual	não	sim	sim	sim	sim	não

Fonte: elaboração própria, 2018.

Ao observar as informações contidas neste quadro pode-se concluir que, de modo geral, as instituições arquivísticas nacionais se empenham em executar ações de difusão de seus acervos, embora duas (Argentina e Uruguai) não disponibilizem consulta ao seu acervo virtual, o que pode significar alguma dificuldade tecnológica temporária, no entanto, demonstra que há uma tendência à digitalização dos acervos e sua consequente disponibilização para facilitar o acesso remoto.

O uso das tecnologias de comunicação, especificamente da internet facilita sobremaneira ao usuário o acesso às informações públicas. A opção por não disponibilizar

consulta virtual ao acervo pode estar relacionada a questões de ordem técnica ou gerencial, porém, não deve ser desprezada como ferramenta de inserção das instituições públicas no cenário tecnológico atual. Destaque para a disponibilização de telefones, por todas as instituições, como meio de comunicação com os usuários, tendo em vista a possibilidade de utilização de e-mail, o que amplia os canais de interação com os usuários que não tem acesso à internet. À primeira vista, esse destaque seria desnecessário ou mesmo obvio, porém, os estudos dos perfis de usuários indicam a necessária facilitação ao atendimento ao usuário.

Quanto à existência de sítios na internet indica que as instituições nacionais estão inseridas no contexto da existência virtual, apesar de criadas na dinâmica das organizações físicas e de serem detentoras de acervos, em sua maioria, também produzidos em suportes convencionais.

Por outro lado, a importância da difusão é ratificada quando comparamos os critérios básicos de difusão contido nos sites dos arquivos nacionais com os itens elencados como mais relevantes para a ação de difusão de acervos arquivísticos. Essa importância é destacada por Sousa (2013):

a difusão arquivística envolve diversos fatores, componentes e considerações. Para começar, a difusão arquivística é uma função, mas também deve ser considerada como uma parte da missão. Além disso, a difusão arquivística, tanto como função arquivística quanto como missão, representam um problema especial quando relacionada com a questão da conservação. A difusão arquivística deve também considerar as leis e regulamentos sobre o acesso e proteção da informação, tais como as leis de acesso à informação e as que regem a proteção a informações pessoais (SOUSA, 2013, p.37).

As instituições arquivísticas buscam constantemente ser reconhecidas como fonte de pesquisa e conhecimento, por isso espera-se que com a divulgação das ações desenvolvidas na Instituição, estimulando a pesquisa em seus acervos e a participação da sociedade em seus eventos, seja possível angariar maior reconhecimento do patrimônio documental existente.

O uso de estratégias tradicionalmente consolidadas como a produção de instrumentos de pesquisa e a realização de eventos também está presente em todas as instituições. Sobre a elaboração de instrumentos de pesquisa há que se desenvolver uma política de descrição de documentos, o que requer definição de critérios e o empenho de profissionais habilitados. Os instrumentos de pesquisa são um meio de divulgação das informações contidas nos documentos e devem ser atualizados à medida que o acervo cresce e se transforma. Existem diferentes tipos de instrumento de pesquisa, cada qual com seu propósito de alcance, por isso

a relevância da delimitação de uma política de descrição de documentos. A definição de prioridades e a destinação de recursos, principalmente financeiros, é decisiva para a elaboração de instrumentos de pesquisa de qualidade e relevantes para o público alvo.

Quanto aos eventos realizados pelas instituições dois aspectos merecem destaque: o alcance e a periodicidade dessas ações. Sobre o alcance, dependendo do tipo evento, em certos casos corre-se o risco de reduzida participação do público alvo, que deve ser bem conhecido. Os eventos presenciais, que têm expectativa de público e assinatura de livro de presença, por exemplo, podem atingir um público mais local, o que não significa, necessariamente, o fracasso do evento, mas pode impactar na sua amplitude de alcance. A criação, portanto, de eventos virtuais como cursos, palestras, exposições, etc., é uma maneira atual de ampliar o acesso ao público por meio do uso das tecnologias. O que pode ser bem interessante.

Acerca da periodicidade, observa-se a existência de eventos consolidados que se repetem numa certa constância e marcam as ações da instituição. A criação de um calendário de eventos, presenciais ou virtuais, quando previamente difundido facilita que as pessoas se organizem e planejem antecipadamente sua participação. Isto aumenta a clientela a ser atingida. Enfim, as estratégias tradicionais são ainda muito relevantes para o marketing da informação dos arquivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito internacional reconhece que todos os países devem ter acesso às fontes de informação da sua história, ainda que muitas delas estejam em outros países (BELLOTTO, 2014, p.187). Porém uma dupla consequência resulta do desconhecimento: se, por um lado, a desinformação, potencializada pela falta de difusão, se torna um empecilho para o acesso à informação, a opacidade por ela imposta dificulta muito a compreensão do potencial do patrimônio documental.

Na Arquivologia, a difusão está em um dos “quatro grandes setores principais que foram objeto dos trabalhos dos especialistas dos arquivos, ou seja, o tratamento, a conservação, a criação e a difusão” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 48). A difusão está definida, de acordo com os autores canadenses, como uma das funções arquivísticas (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 265), porém para que esta seja bem exercida é

necessário que as demais funções sejam executadas de forma eficiente, fazendo com que a difusão seja parte integrante de um programa de gestão.

Assim, no que se refere a utilização de fontes documentais presentes no patrimônio para o reconhecimento da história institucional e como repertório de exemplos úteis ao presente, Hartog afirma que “o fim deste regime moderno significaria que não é mais possível escrever história do ponto de vista do futuro e que o passado mesmo, não apenas o futuro, se torna imprevisível ou mesmo opaco” (HARTOG, 2003, p.11). E para resolver essa opacidade do patrimônio compreendemos que é necessário que seja realizado investimentos em ações de difusão.

Pois, com a força das tecnologias de informação (TI) é possível mobilizar e aglutinar milhares de pessoas em torno de objetivos comuns. Avanços notáveis nesta área, e sua incorporação no setor público, propiciam ao cidadão opções de acesso direto a um amplo leque de serviços, cada vez mais virtuais, que podem ser notados, como é o caso do uso de ferramentas como websites. Assim, incluindo a automação na gestão da informação, desenvolvendo aplicativos e ferramentas de TI para captura, difusão e colaboração é possível alcançar o objetivo do acesso ao patrimônio documental.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. A. **Marketing da informação na Internet: ações de promoção.** Campo Grande: UNIDERP, 2004.

AMARAL, S. A. Marketing e inteligência competitiva: aspectos complementares da gestão da informação e do conhecimento. In. AMARAL, S. A (Org.). **Marketing na ciência da informação.** Brasília: Editora UnB. 2007.

AMARAL, S. A. Marketing da informação: entre a promoção e a comunicação integrada de marketing. **Informação & Sociedade: estudos.** v. 18, n. 1, p. 31-44, 2008.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2005.

BLAYA PÉREZ, C. (2005). **Difusão dos arquivos fotográficos.** Caderno de Arquivologia, Santa Maria, RS v. 2, n.2, p. 1-22, 2005.

BRSIL. Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 21 maio 2018.

COUTURE, C (Org.). *Le s fonctions de l'archivistique contemporaine*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2005.

CONARQ. NOBRADE: **Norma brasileira de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2006.

DODEBEI, V. L. D. **Patrimônio digital virtual**: herança, documento e informação. *26a. Reunião Brasileira de Antropologia*, p. 1-12, 2008. Disponível em:
<http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2037/vera%20dodeber.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

GONÇALVES, J. R.; GONÇALVES, J. R.S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M.(Orgs.) **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARTOG, F. **O século XIX e a História**: o caso Fustel de Colanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HEREDIA H. A. **Archivistica general**: teoria y practica. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1987.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

RODRIGUES, M. C. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 14, n. 1, p. 110-125, 2016.

RIGHINI DE SOUZA, Willian Eduardo; CRIPPA, Giulia. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. *Transinformação*, v. 21, n. 3, 2009. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/html/3843/384334806004/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

RIGHINI DE SOUZA, Willian Eduardo; CRIPPA, Giulia. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, v. 17, n. 2, 2011. Disponível em <http://www.redalyc.org/html/4656/465646053016/> Acesso em 28 jun. 2018.

DA SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves. Fundamentos, desafios e alternativas para a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro. **Ciência da Informação**, v. 40, n. 3, 2013. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1304>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.



SOUSA, F. N. **Funções arquivísticas:** contribuições para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 2013.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.

UNESCO. Recomendação de Paris. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**, de 17 de outubro de 2003. Paris, 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>>. Acesso em: 13 maio 2018.